



Termo de Referência

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) sobre pavimentação poliédrica na Zona Leste do município de Teresina-PI, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, conforme projeto básico e demais documentos técnicos anexos. Trata-se de serviço de engenharia essencial para a melhoria da trafegabilidade, conforto e segurança viária da região.

1.2. A presente contratação caracteriza-se como contrato por escopo, não se tratando de serviço contínuo. A vigência da contratação será de 7 (sete) meses, contados a partir da assinatura do contrato. Não se aplica a regra de prorrogação automática de serviços contínuos, sendo admitida a prorrogação do prazo de vigência apenas nas hipóteses legais de alteração do prazo de execução devidamente justificadas, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

PLANILHA ORÇAMENTARIA GERAL

SERVIÇOS PRELIMINARES

ITEM	REF.	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	CUSTO UNIT. S/BDI	CUSTO UNIT. C/BDI	CUSTO TOTAL COM BDI
1.1	103689 (SINAPI)	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E EST. DE MADEIRA. (3,00m x 1,20m + 1,80m x 3,60m)	M2	10,08	464,19	570,49	5.750,54
1.2	COMP. 01 ANEXO I	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	UND	1,00	2.600,51	3.196,03	3.196,03
1.3	COMP. 02 (PRÓPRIA)	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MÊS	2,00	5.606,84	6.890,81	13.781,62
					SUB TOTAL - SEÇÃO 1:		22.728,19

SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

ITEM	REF.	RUAS -PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	LARG. APLICÁVEL (m)	COMP. (m)	ÁREA (m2)	CUSTO TOTAL COM BDI
2.1	PLAN. ORÇ. 1	RUA DR. MARIANO MENDES	6,40	156,40	1.000,96	78.624,43
2.2	PLAN. ORÇ. 2	RUA JUCA CUNHA	6,40	159,80	1.022,72	80.305,33
2.3	PLAN. ORÇ. 3	RUA VINTE	6,40	212,63	1.360,83	106.849,62
2.4	PLAN. ORÇ. 4	RUA DEZENOVE	6,40	215,12	1.376,77	108.141,60
				SUB TOTAL - SEÇÃO 2:		373.920,98
TOTAL GERAL:						R\$ 396.649,00

2. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O serviço consiste na aplicação mecanizada de revestimento asfáltico, demandando maquinário específico (vibroacabadora, rolos compactadores) e controle tecnológico de temperatura e espessura. O objeto enquadra-se como Serviço Comum de Engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e normas técnicas (DNIT/ABNT).

2.2. As especificações técnicas, projetos básicos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e documentos anexos asseguram transparência, controle e aferição objetiva dos resultados, garantindo a qualidade e efetividade do serviço.

2.3. Destaca-se que o objeto não se enquadra como bem ou serviço de luxo, pois atende a uma necessidade pública essencial, sem adotar especificações supérfluas que onerem desnecessariamente a contratação.

2.4. Não existe padronização específica no Catálogo Eletrônico de Compras e Serviços do Município para este objeto. Por isso, as especificações foram desenvolvidas com base em critérios rigorosos de desempenho, durabilidade, segurança e eficiência, fundamentados em normas técnicas, manuais dos fabricantes e experiência técnica da Administração.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA

3.1. A contratação é imprescindível para solucionar problemas de trafegabilidade em vias de calçamento poliédrico que apresentam desgaste acentuado, irregularidades e buracos. A aplicação do CBUQ proporcionará maior fluidez ao trânsito, redução de ruídos, conforto aos usuários e valorização urbanística.

3.2. A intervenção visa ainda reduzir os custos operacionais da Administração com a manutenção corretiva frequente (tapa-buracos e reposição de pedras) nas vias contempladas.

3.3. Em razão da ausência de atas de registro de preços vigentes para o objeto e da necessidade de atendimento à demanda pública, justifica-se a realização de procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada.

3.4. O termo de referência se baseia no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que comprova:

- 3.4.1. a inexistência de catálogo padronizado ou atas vigentes para o objeto;
- 3.4.2. a relevância da obra para a eficiência do tráfego local;
- 3.4.3. a definição clara do escopo, métodos construtivos e critérios técnicos;
- 3.4.4. os resultados esperados em segurança das vias e mitigação de riscos;
- 3.4.5. a viabilidade técnica confirmada pela equipe de planejamento.

3.5. As informações deste termo de referência fazem parte deste processo e não contêm dados sigilosos, conforme art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Embora não haja plano anual de contratações vigente para 2026, a contratação está prevista nos planos estratégicos de manutenção da SDU.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E AVALIAÇÃO DE ALTERNATIVAS

4.1. Solução Proposta

4.1.1. A solução proposta consiste na execução de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) sobre pavimentação poliédrica existente, conforme projeto técnico aprovado, observando parâmetros dimensionais, critérios construtivos e especificações normativas, garantindo:

- a) melhoria das condições de trafegabilidade e conforto dos usuários;
- b) aumento da capacidade estrutural do pavimento existente;
- c) redução de custos de manutenção e correções superficiais;
- d) maior durabilidade, segurança viária e desempenho funcional do sistema viário urbano.

4.2. Ciclo de Vida do Objeto: o ciclo de vida da obra compreende as seguintes etapas:

4.2.1. Planejamento e Preparação

- a) análise das vias contempladas com base no projeto e diagnóstico das condições da pavimentação existente;
- b) mobilização de equipe técnica, equipamentos, usina de asfalto e materiais necessários;
- c) instalação e organização do canteiro de obras;
- d) sinalização viária, marcação topográfica e preparação das superfícies a serem pavimentadas.

4.2.2. Execução

- a) serviços preliminares, incluindo limpeza, correções localizadas e regularização da pavimentação poliédrica;
- b) aplicação de pintura de ligação conforme especificações técnicas;
- c) execução da camada de revestimento asfáltico em CBUQ, com controle tecnológico adequado;
- d) compactação, acabamento superficial e liberação progressiva ao tráfego, após verificações técnicas.

4.2.3. Monitoramento e Fiscalização

- a) acompanhamento técnico permanente por equipe da SDU Leste;
- b) verificação da conformidade dos serviços com o cronograma físico-financeiro;
- c) medições baseadas nos serviços executados, atendendo aos critérios de qualidade, normas técnicas e especificações contratuais.

4.2.4. Conclusão e Encerramento

- a) entrega da obra concluída, com emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo;
- b) apresentação de relatório final de execução pela empresa contratada;
- c) avaliação da conformidade técnica, funcionalidade do pavimento e atendimento aos objetivos de mobilidade urbana da área contemplada.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. Conforme o art. 40 da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a possibilidade de parcelamento do objeto para ampliar a competitividade. Contudo, não se recomenda o parcelamento. A execução de pavimentação asfáltica exige mobilização de patrulha mecanizada complexa que trabalha em linha de produção contínua.

5.2. O fracionamento geraria perda de escala, juntas frias na pista (ponto fraco do pavimento) e aumento de

custos de mobilização, contrariando a eficiência técnica e econômica.

5.3. Dessa forma, justifica-se a contratação indivisível do objeto, em conformidade com o §1º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e em atendimento ao interesse público.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO / REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Disposições Gerais

6.1.1. A contratada deverá executar a obra conforme projetos, memoriais, planilhas, cronograma e documentos fornecidos, atendendo às normas da ABNT, DNIT e exigências da Prefeitura Municipal de Teresina.

6.1.2. A contratada é responsável pela qualidade dos materiais, serviços, segurança da obra e regularidade trabalhista, devendo adotar medidas previstas nas Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e normas ambientais.

6.1.3. A fiscalização da execução será feita pela equipe técnica da SDU Leste, que poderá emitir ordens de serviço, instruções e solicitar correções.

6.1.4. Em caso de divergências entre documentos, prevalecem:

- a) Ordem de serviço sobre omissões do projeto;
- b) Normas técnicas oficiais em conflitos técnicos;
- c) Decisão final da fiscalização em dúvidas interpretativas.

6.1.5. Substituições de materiais ou métodos só serão aceitas mediante autorização prévia da fiscalização, mantendo padrão de desempenho e durabilidade.

6.1.6. Deverá haver engenheiro responsável técnico registrado no CREA presente na obra.

6.1.7. Diário de Obra é obrigatório, com registros diários, condições climáticas, ocorrências, medições e instruções da fiscalização, com assinaturas.

6.1.8. Placas de identificação da obra, conforme padrão SDU Leste, deverão estar instaladas e visíveis até a conclusão.

6.1.9. A contratada é responsável pela limpeza diária e remoção de entulhos ao final dos serviços.

6.1.10. Serviços em desacordo com especificações serão rejeitados e refeitos às custas da contratada, sem custo adicional para a Administração.

6.1.11. O descumprimento deste Termo poderá acarretar sanções administrativas, conforme Lei nº 14.133/2021 e contrato.

6.1.12. A contratada deve garantir materiais, insumos, equipamentos e mão de obra para execução contínua, conforme ordens de serviço.

6.1.13. Manutenção e conservação das instalações provisórias, segurança, higiene e limpeza são de responsabilidade da contratada.

6.1.14. Equipamentos e materiais devem estar em condições ideais, sendo obrigatório substituí-los em caso de falhas.

6.1.15. A contratada deve fornecer EPIs e EPCs adequados conforme legislação e fiscalização.

6.1.16. Substituição de colaboradores por solicitação da fiscalização deve ocorrer em até 24 horas, sem custos à Administração.

6.2. Grupo de Serviço / Itens de Serviço

6.2.1. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA

A Placa da Obra modelo CODEVASF terá dimensão de 3,60x1,80m em Chapa de Aço Galvanizado; fixada em 02 (duas) linhas de madeira (dimensão de 6,0x12,0cm). A Placa da Obra modelo Prefeitura Municipal de Teresina terá dimensão de 3,00x1,20m em Chapa de Aço Galvanizado; fixada em 02 (duas) linhas de madeira (dimensão de 6,0x12,0cm).

O conteúdo informativo das placas deve ter: nome e tipo da obra; fonte de recursos, dados da contratada, prazo de execução, valor da obra e outros.

6.2.2. MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Este item compreende os serviços necessários para mobilizar (transportar até o canteiro de obras) e posteriormente desmobilizar (retirar ao final da obra) os equipamentos e máquinas de grande porte, imprescindíveis para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica. Inclui o custo com frete, escolta (quando aplicável), carregamento, descarregamento, deslocamentos e eventuais autorizações de transporte especial.

A medição será feita em unidade (unidade), considerando 1 (uma) unidade para todo o processo de mobilização e desmobilização dos equipamentos necessários à execução da obra.

Este item é considerado global, e seu pagamento poderá ser feito:

50% na mobilização, mediante comprovação da chegada efetiva dos equipamentos no local da obra;

50% na desmobilização, mediante retirada dos equipamentos ao final da execução.

O fracionamento e o critério de pagamento deverão seguir o estabelecido em contrato.

6.2.3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Compreende a remuneração do engenheiro responsável técnico pela obra, alocado localmente para realizar atividades de planejamento, supervisão, controle técnico e gestão da execução dos serviços de pavimentação asfáltica. A medição será feita mensalmente, por unidade de mês, considerando a efetiva alocação do engenheiro à obra.

Disposto conforme cronograma de execução de obra.

6.2.4. Concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais

Consiste no fornecimento, usinagem, transporte, espalhamento e compactação do Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), fabricado com agregados comerciais (areia e brita) e ligante asfáltico, com granulometria classificada como Faixa C, conforme especificações do DNIT. É utilizado principalmente em camadas de revestimento asfáltico, como capa ou regularização, com aplicação mecânica e compactação por rolos.

NORMA DNIT 031/2006-ES - Pavimentos Flexíveis - Concreto asfáltico em anexo. Os serviços de Mobilização e desmobilização e Transporte comercial de Brita e Areia estão inclusos neste item.

A unidade de medição será tonelada (t), sendo considerada a espessura do revestimento de 5cm, a área de aplicação e a densidade do material (2,40 t/m³)

6.2.5. Aquisição de Cimento asfáltico CAP 50/70

Corresponde ao fornecimento de Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP), tipo 50/70, utilizado como ligante em misturas asfálticas usinadas a quente (como o Concreto Asfáltico - CAUQ). O CAP 50/70 é classificado por sua penetração e possui aplicação ampla em obras de pavimentação.

NORMA DNIT 031/2006-ES - Pavimentos Flexíveis - Concreto asfáltico em anexo.

A unidade de medição será tonelada (t).

6.2.6. Aquisição de emulsão asfáltica RR-2C

Este item refere-se ao fornecimento de emulsão asfáltica catiónica de ruptura rápida tipo RR-2C, utilizada principalmente em serviços de pintura de ligação em camadas intermediárias e finais de pavimentação com misturas asfálticas a quente.

NORMA DNIT 145/2012-ES - Pavimentação - Pintura de ligação com ligante asfáltico em anexo.

A unidade de medição será tonelada (t).

6.2.7. Transporte comercial de mat. betuminoso à frio com DMT= 600,00 Km

Este item refere-se ao transporte rodoviário comercial de material betuminoso a frio (como CAP, emulsão ou asfalto modificado), em condições apropriadas para manter suas características físico-químicas, desde a origem até o ponto de entrega na obra, considerando uma Distância Média de Transporte (DMT) de 600 km.

A unidade de medição será tonelada (t).

6.2.8. Transporte comercial de mat. betuminoso à quente com DMT= 600,00 Km

Consiste no transporte rodoviário comercial de material betuminoso à quente, como o CAP 50/70 ou ligantes modificados, desde o local de fornecimento até o canteiro de obras, mantendo o material em temperatura adequada para aplicação ou estocagem imediata, considerando uma Distância Média de Transporte (DMT) de 600 km.

A unidade de medição será tonelada (t).

6.2.9. Transporte local da massa asfáltica com DMT=20,00 Km

Este item refere-se ao transporte da massa asfáltica usinada a quente, da usina (ou ponto de estocagem) até a frente de serviço, considerando uma Distância Média de Transporte (DMT) de 20 km, em condições que assegurem a manutenção da temperatura e integridade do material.

A unidade de medição será t.km

6.2.10. Pintura de ligação

A pintura de ligação consiste na aplicação de uma camada fina de ligante asfáltico (emulsão ou CAP diluído), sobre a superfície do pavimento ou base, com a finalidade de promover a aderência entre camadas consecutivas do pavimento asfáltico, garantindo a uniformidade e integridade estrutural da via.

NORMA DNIT 145/2012-ES - Pavimentação - Pintura de ligação com ligante asfáltico em anexo.

A unidade de medição será: m²

6.2.11. Pintura de faixa - tinta base acrílica - espessura de 0,6 mm

Consiste na aplicação de tinta de base acrílica para demarcação viária, formando faixas com espessura média de 0,6 mm, destinada à sinalização horizontal de vias pavimentadas, garantindo boa aderência, durabilidade e visibilidade.

NORMA DNIT 100/2018 - ES - Obras complementares - Segurança no tráfego rodoviário - Sinalização horizontal em anexo.

6.3. Projetos Básicos

6.3.1. Projetos:

6.3.1.1. MAPA GERAL;

6.3.1.2. PLANTA TÉCNICA - RUA 19 (planta de situação, planta de locação, detalhamento de trechos e perfil da rua);

6.3.1.3. PLANTA TÉCNICA - RUA 20 (planta de situação, planta de locação, detalhamento de trechos e perfil da rua);

6.3.1.4. PLANTA TÉCNICA - RUA JUCA CUNHA (planta de situação, planta de locação, detalhamento de trechos e perfil da rua);

6.3.1.5. PLANTA TÉCNICA - RUA MARIANO MENDES (planta de situação, planta de locação, detalhamento de trechos e perfil da rua).

6.3.2. Valores do cronograma são estimativas mensais, podendo variar por ajustes operacionais ou condições técnicas.

6.3.3. Serviços seguem quantitativos das planilhas orçamentárias; eventuais complementações técnicas serão fornecidas pela fiscalização.

6.4. Sustentabilidade

6.4.1. Não há Plano de Logística Sustentável (PLS) formalmente instituído no âmbito do órgão contratante. Ainda assim, considerando a natureza da contratação e em atendimento à legislação vigente, deverão ser observados critérios de sustentabilidade aplicáveis à execução de obras de infraestrutura viária urbana, especialmente aquelas relacionadas à pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).

6.4.1.1. Critérios de Sustentabilidade

6.4.1.1.1. Em atendimento ao disposto nos arts. 9º, 34 e 60 da Lei nº 14.133/2021, ao Decreto nº 7.746/2012 e à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, esta contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica compatíveis com a natureza e o porte das obras de pavimentação asfáltica em vias urbanas, conforme descrito a seguir, sem prejuízo da ampla competitividade do certame.

6.4.1.2. Requisitos Ambientais Mínimos

6.4.1.2.1. Realizar manutenções preventivas e corretivas periódicas nos equipamentos, máquinas e veículos utilizados na obra, visando à redução de emissões atmosféricas, à diminuição do consumo de combustíveis fósseis e ao aumento da eficiência operacional.

6.4.1.2.2. Adotar procedimentos adequados para o gerenciamento, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados, incluindo resíduos da construção civil, sobras de materiais asfálticos, embalagens de insumos, óleos lubrificantes e demais resíduos oriundos da execução dos serviços, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

6.4.1.2.3. Empregar, sempre que tecnicamente viável, equipamentos e processos construtivos que apresentem menor consumo energético e maior rendimento operacional, compatíveis com as exigências técnicas da execução de pavimentação asfáltica em CBUQ.

6.4.1.2.4. Dar preferência à adoção de práticas que minimizem impactos ambientais e transtornos à população local, tais como controle de poeira, ruído, tráfego de caminhões, limpeza das vias durante a execução e adequada sinalização de obras.

6.4.1.3. Documentos Comprobatórios (Quando Aplicável)

6.4.1.3.1. Certificações ambientais da empresa ou do fornecedor, quando existentes, tais como ISO 14001, selo verde ou equivalentes, sem caráter obrigatório ou eliminatório.

6.4.1.3.2. Declaração formal da empresa contratada atestando a adoção de práticas sustentáveis e o cumprimento da legislação ambiental, trabalhista e de segurança do trabalho aplicável à execução dos serviços.

6.4.1.3.3. Fichas técnicas dos principais equipamentos, máquinas e materiais empregados na obra, demonstrando conformidade com as exigências ambientais e operacionais pertinentes.

6.4.1.3.4. Licenças, autorizações ou registros ambientais exigíveis para a atividade, inclusive aquelas relativas ao transporte e à destinação final de resíduos, quando aplicável.

6.4.1.4. Cláusulas Sustentáveis na Execução Contratual

6.4.1.4.1. A minuta contratual deverá conter cláusulas que obriguem a empresa contratada a:

6.4.1.4.1.1. Promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos e sobras de materiais gerados durante a execução dos serviços de pavimentação asfáltica.

6.4.1.4.1.2. Adotar medidas de uso racional de combustíveis, insumos e materiais, especialmente aqueles empregados na produção, transporte e aplicação do CBUQ.

6.4.1.4.1.3. Utilizar exclusivamente materiais, insumos, peças e componentes de origem lícita, legalmente comercializados e em conformidade com as normas técnicas vigentes.

6.4.1.4.1.4. Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, comprovação das práticas sustentáveis adotadas durante a execução da obra.

6.4.1.4.1.5. Adotar medidas preventivas e corretivas para evitar danos ao meio ambiente urbano, à vegetação existente e às áreas adjacentes às vias em intervenção, responsabilizando-se por eventuais impactos decorrentes da execução dos serviços.

6.4.1.5. Vedação à Utilização de Marca ou Produto Específico

6.4.1.5.1. Não haverá vedação à utilização de marca ou produto específico, desde que os materiais, insumos e equipamentos empregados atendam integralmente às especificações técnicas, normas

7. VISTORIA

7.1. Em razão da obra é necessário conhecimento prévio das condições locais de execução porém, será facultada a realização de visita técnica ao local dos serviços por parte das licitantes.

7.2. A licitante que optar por não realizar a vistoria *in loco* deverá, obrigatoriamente, substituí-la pela apresentação de Declaração Formal, assinada pelo Responsável Técnico da empresa, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, dos locais da obra, dos acessos e de todas as informações necessárias à elaboração de sua proposta, assumindo total responsabilidade por eventuais omissões em sua proposta decorrentes da falta da visita.

7.3. A visita, caso realizada, poderá ser feita de forma independente, sem a necessidade de acompanhamento de servidor da Administração, sendo de inteira responsabilidade da licitante obter todas as informações necessárias.

7.4. O endereço da obra:

Bairro	Rua / Avenida	Trecho
PORTO DO CENTRO	RUA DR MARIANO MENDES	ENTRE AS RUAS DOM BOSCO E DEZENOVE
	RUA JUCA CUNHA	ENTRE AS RUAS DOM BOSCO E DEZENOVE
	RUA VINTE	ENTRE AS RUAS PROF. FLÁVIO T. DE ABREU E PEDRO VERAS
	RUA DEZENOVE	ENTRE AS RUAS PROF. FLÁVIO T. DE ABREU E PEDRO VERAS.

7.5. A ausência da vistoria ou da declaração formal substitutiva implicará a inabilitação da licitante.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. O adjudicatário deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, como condição para a assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A garantia tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, considerando a natureza da contratação, que envolve a execução de obras de infraestrutura viária urbana, especificamente serviços de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ). A liberação da garantia ocorrerá conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na legislação aplicável, após o integral cumprimento das obrigações contratuais.

8.2. A contratada poderá optar por qualquer uma das seguintes modalidades de garantia, observadas as disposições legais vigentes:

8.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliados por seus valores econômicos, conforme regulamentação do Ministério da Fazenda ou órgão que venha a substituí-lo;

8.2.2. Seguro-garantia;

8.2.3. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil.

8.3. Na hipótese de caução em dinheiro, o valor deverá ser depositado em conta específica indicada pela Administração Pública contratante, sendo devidamente corrigido monetariamente, na forma da legislação aplicável.

8.4. Em caso de alteração do valor contratual ou prorrogação do prazo de vigência do contrato, a garantia deverá ser readequada ou renovada, de modo a preservar o percentual inicialmente exigido, mantendo-se as condições da garantia original.

8.5. Caso a garantia venha a ser utilizada, total ou parcialmente, para cobrir prejuízos decorrentes do descumprimento de obrigações contratuais, a contratada deverá promover a recomposição integral do valor da garantia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação formal expedida pela Administração.

8.6. A garantia poderá ser executada nos casos previstos na legislação vigente, especialmente nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, atraso injustificado na execução dos serviços, falhas técnicas que comprometam a qualidade do pavimento ou qualquer outra situação que resulte em prejuízo à infraestrutura viária urbana ou à segurança da obra, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.

8.7. A liberação ou devolução da garantia ocorrerá após o cumprimento integral do contrato, incluindo a aceitação definitiva dos serviços executados, ou em caso de extinção contratual por culpa exclusiva da Administração, observada a atualização monetária, quando aplicável, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

8.8. Na hipótese de opção pelo seguro-garantia, o adjudicatário deverá apresentar o respectivo instrumento no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da homologação do certame e antes da assinatura do contrato, conforme disposto no §3º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

8.9. O prazo mínimo mencionado no item anterior poderá ser ampliado a critério da Administração, de forma motivada, considerando o valor, a complexidade e as características específicas da contratação, observados os

9. FORMA E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Justificativa da Modalidade de Execução

9.1.1. A presente contratação será realizada sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46, inciso I, e do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. A adoção desse regime mostra-se a mais adequada ao objeto contratado, considerando:

- a) a natureza técnica dos serviços de infraestrutura viária urbana, envolvendo pavimentação asfáltica em CBUQ sobre pavimentação poliédrica existente;
- b) a possibilidade de variações nos quantitativos de serviços em função das condições reais das vias, tais como estado do pavimento existente, necessidade de correções localizadas, regularizações e ajustes operacionais durante a execução;
- c) a necessidade de permitir medições e pagamentos com base nos quantitativos efetivamente executados, proporcionando maior controle técnico e financeiro à Administração e reduzindo a necessidade de aditivos contratuais.

9.1.3. O modelo de execução adotado assegura maior precisão no acompanhamento físico-financeiro da obra, transparência na gestão contratual e atendimento ao interesse público, além de permitir adequada adaptação a eventuais ajustes técnicos que se façam necessários durante a execução dos serviços.

9.2. Condições Gerais de Execução

9.2.1. A execução dos serviços obedecerá às diretrizes, especificações técnicas e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e em seus anexos, ficando a contratada subordinada às orientações e determinações da fiscalização da SDU Leste.

9.2.2. O prazo para início da execução dos serviços será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da respectiva Ordem de Serviço, conforme definido pela Administração.

9.2.3. Antes do início da execução, a contratada deverá apresentar à fiscalização plano de execução detalhado, contendo, no mínimo:

- a) métodos construtivos a serem adotados para os serviços de pavimentação;
- b) sequência lógica e cronológica das atividades;
- c) cronograma de mobilização e execução dos serviços;
- d) relação dos principais equipamentos, máquinas e veículos a serem utilizados;
- e) dimensionamento das equipes técnicas e operacionais;
- f) previsão de consumo de materiais e insumos;
- g) frequência e periodicidade dos serviços.

9.2.4. O plano de execução será submetido à análise e aprovação da fiscalização, podendo ser ajustado sempre que necessário, em razão de condicionantes técnicas, operacionais, ambientais ou de interesse da Administração.

9.3. Equipamentos, Materiais e Recursos

9.3.1. A contratada deverá disponibilizar, às suas expensas e sob sua responsabilidade, todos os equipamentos, máquinas, veículos, ferramentas, materiais, insumos, mão de obra especializada, operadores e motoristas devidamente habilitados, necessários à perfeita execução dos serviços de pavimentação asfáltica, conforme as especificações deste Termo de Referência.

9.3.2. Todos os equipamentos deverão estar em perfeitas condições de uso, conservação e segurança, cabendo à contratada promover a substituição imediata de quaisquer equipamentos que apresentem defeitos, desempenho insatisfatório ou riscos à segurança, sem prejuízo do cronograma de execução.

9.4. Informações Técnicas Relevantes para o Dimensionamento da Proposta

9.4.1. A presente contratação refere-se à execução de obra de infraestrutura viária urbana, consistindo na aplicação de revestimento asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) sobre pavimentação poliédrica existente, em vias localizadas na Zona Leste do município de Teresina-PI, com os seguintes objetivos:

- a) melhoria das condições de trafegabilidade e conforto dos usuários;
- b) aumento da capacidade estrutural e da vida útil do pavimento existente;
- c) melhoria da segurança viária e da mobilidade urbana;
- d) redução da necessidade de manutenções corretivas frequentes.

9.4.2. A contratada será responsável por garantir a qualidade técnica, o desempenho estrutural e a durabilidade do pavimento executado, observando:

- a) as normas técnicas aplicáveis e as especificações do projeto;
- b) o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), quando pertinente;

c) o disposto no art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, quanto à responsabilidade pela garantia do objeto contratado.

9.5. Obrigações Contratuais e Procedimentos de Comunicação

9.5.1. O contrato deverá ser executado de forma fiel, contínua e tempestiva pelas partes, em conformidade com:

- a) as cláusulas contratuais pactuadas;
- b) a Lei nº 14.133/2021;
- c) o Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022;
- d) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

9.5.2. Eventual impedimento, paralisação ou suspensão da execução dos serviços por iniciativa da Administração implicará a prorrogação do cronograma por período equivalente, mediante formalização contratual adequada, sem prejuízo às partes.

9.5.3. Toda comunicação entre a contratada e a SDU Leste deverá ocorrer por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos institucionais, desde que compatíveis com a natureza do ato.

9.5.4. A contratada poderá ser convocada para reuniões técnicas ou administrativas sempre que necessário, devendo se fazer representar por seu responsável legal ou por profissional técnico formalmente designado.

9.6. Reunião Inicial de Mobilização

9.6.1. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial de mobilização, convocada pela Administração, com a finalidade de alinhar procedimentos, apresentar o plano de fiscalização e esclarecer as diretrizes de execução.

9.6.2. Na referida reunião poderão ser tratados, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) obrigações contratuais e administrativas;
- b) procedimentos de fiscalização e acompanhamento;
- c) plano de execução e cronograma físico-financeiro;
- d) indicadores de desempenho e padrões de qualidade;
- e) critérios de medição e aceitação dos serviços;
- f) sanções administrativas aplicáveis em caso de descumprimento contratual.

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Acompanhamento e Fiscalização

10.1.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) ou empregado(s) público(s) formalmente designado(s) por meio de Portaria específica, a ser publicada no Diário Oficial do Município (DOM), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.1.2. Compete ao fiscal técnico do contrato, no exercício de suas atribuições, adotar os seguintes procedimentos:

- a) acompanhar, de forma contínua e sistemática, a execução dos serviços de pavimentação asfáltica, verificando sua conformidade com as cláusulas contratuais, com o projeto aprovado, as especificações técnicas e as normas aplicáveis;
- b) manter registro atualizado, organizado e cronológico das principais ocorrências, medições, decisões e orientações relacionadas à execução contratual;
- c) emitir notificações formais à contratada sempre que constatadas irregularidades, falhas técnicas ou necessidade de correções, estabelecendo prazos para saneamento;
- d) comunicar ao gestor do contrato fatos ou situações que extrapolem sua competência técnica ou legal;
- e) informar imediatamente qualquer ocorrência que possa comprometer o cronograma físico-financeiro, a qualidade do pavimento executado, a segurança dos trabalhadores ou dos usuários das vias;
- f) alertar, com antecedência adequada, acerca do término da vigência contratual, possibilitando a avaliação da necessidade de prorrogação, aditamento ou encerramento do contrato.

10.2. Gestão Contratual

10.2.1. A gestão do contrato será exercida por servidor(a) designado(a) pela autoridade competente, responsável por assegurar a adequada governança do instrumento contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e os normativos internos da Administração.

10.2.2. São atribuições do gestor do contrato:

- a) coordenar, organizar e manter atualizado o histórico do contrato, abrangendo ordens de serviço, termos aditivos, apostilamentos, registros de ocorrências, medições, prorrogações e demais documentos pertinentes;
- b) verificar, periodicamente, a manutenção das condições de habilitação e regularidade da contratada, especialmente para fins de liquidação e pagamento;

- c) analisar os relatórios técnicos e registros elaborados pelo fiscal do contrato, adotando as providências necessárias e submetendo à autoridade superior os casos que demandem decisão hierárquica;
- d) elaborar ou providenciar a emissão de avaliação de desempenho da contratada, com base em critérios objetivos relacionados à qualidade dos serviços executados, cumprimento de prazos, atendimento às especificações técnicas e observância das obrigações contratuais;
- e) promover, quando cabível, a instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, em razão de inexecução, execução irregular ou descumprimento contratual;
- f) acompanhar, durante toda a execução contratual, o cumprimento das condicionantes ambientais, das normas de segurança do trabalho, da sinalização viária e das normas técnicas aplicáveis aos serviços de pavimentação asfáltica.

10.3. Relatório Final de Gestão

10.3.1. Ao término da vigência contratual e após a conclusão dos serviços, o gestor do contrato deverá elaborar Relatório Final de Gestão, contendo, no mínimo:

- a) avaliação do atendimento aos objetivos e metas que fundamentaram a contratação;
- b) análise dos resultados alcançados, comparando-os com o planejamento físico-financeiro, os indicadores de desempenho e os parâmetros técnicos estabelecidos;
- c) registro de eventuais ocorrências relevantes durante a execução contratual e das medidas adotadas para sua solução;
- d) recomendações para o aprimoramento da gestão e da fiscalização de contratos futuros de obras de infraestrutura viária;
- e) verificação do atendimento aos requisitos técnicos, estruturais, funcionais e de desempenho do pavimento asfáltico executado, conforme o projeto de engenharia, especificações técnicas e normas aplicáveis.

11. Critérios de Medição e de Pagamento

11.1. Recebimento do Objeto

11.1.1. A execução do objeto será avaliada por meio de medições periódicas dos serviços efetivamente executados, as quais servirão de base para o atesto, a liquidação e o pagamento.

11.1.2. Os serviços executados serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo circunstanciado, nos termos do art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

11.1.3. O prazo para recebimento provisório será contado a partir da comunicação formal da contratada, devidamente acompanhada da documentação comprobatória da execução dos serviços correspondentes à parcela objeto de faturamento.

11.1.4. O fiscal técnico emitirá termo de recebimento provisório, atestando que os serviços de pavimentação asfáltica executados atendem às especificações técnicas, ao projeto aprovado e às normas aplicáveis, conforme o art. 17, inciso I, do Decreto Municipal nº 22.166/2022.

11.1.5. O fiscal administrativo emitirá termo de recebimento provisório quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais, conforme disposto no art. 15 do referido Decreto Municipal.

11.1.6. Na hipótese de designação de fiscal setorial, este será responsável pelo recebimento provisório dos serviços sob os aspectos técnicos específicos de sua área de atuação.

11.1.7. Ao final de cada período de medição, o fiscal técnico apurará os resultados da execução contratual, avaliando o desempenho, a qualidade do pavimento executado e a conformidade com os critérios técnicos estabelecidos, podendo propor ajustes nos valores a pagar. Os resultados serão registrados em relatório técnico e encaminhados ao gestor do contrato.

11.1.8. Considera-se efetivado o recebimento provisório com a emissão e entrega do(s) respectivo(s) termo(s) detalhado(s) de avaliação.

11.1.9. A contratada será responsável por corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios ou defeitos constatados nos serviços executados. A última medição não será atestada enquanto todas as pendências técnicas estiverem devidamente sanadas, nos termos dos arts. 119 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.9.1. O recebimento provisório ficará condicionado à conclusão satisfatória dos ensaios e testes de controle tecnológico do pavimento (quando aplicáveis), bem como à entrega da documentação técnica exigida neste Termo de Referência.

11.1.9.2. Os serviços que não atenderem às especificações técnicas, aos parâmetros de qualidade ou às normas aplicáveis poderão ser rejeitados total ou parcialmente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.1.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo de recebimento deverá contemplar, de forma expressa, a análise técnica e administrativa, sendo posteriormente encaminhado ao gestor do contrato para adoção das providências relativas ao recebimento definitivo.

11.1.11. O recebimento definitivo será realizado no prazo de até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, mediante termo específico que comprove a conformidade dos serviços executados quanto à qualidade, quantidade, desempenho e durabilidade do pavimento asfáltico.

11.1.11.1. O termo de recebimento definitivo será precedido de:

- a) emissão de documento consolidado contendo as avaliações dos fiscais técnico, administrativo e setorial (se houver);
- b) análise dos relatórios de fiscalização e verificação da inexistência de pendências técnicas ou administrativas;
- c) emissão formal do termo detalhado de recebimento definitivo;
- d) comunicação à contratada para emissão da Nota Fiscal com os valores eventualmente ajustados;
- e) encaminhamento da documentação ao setor competente para fins de liquidação e pagamento.

11.1.12. Em caso de divergências ou controvérsias quanto à qualidade, quantidade ou conformidade dos serviços executados, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, sendo efetuado o pagamento apenas da parcela incontroversa.

11.1.13. Não será realizado recebimento provisório ou definitivo enquanto houver pendências técnicas, administrativas ou documentais de responsabilidade da contratada.

11.1.14. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade civil e técnica pela solidez, segurança, desempenho e funcionalidade do pavimento executado, nos termos da legislação vigente e do contrato.

11.2. Liquidação

11.2.1. Após o recebimento da Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para a liquidação da despesa, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa formal.

11.2.2. O setor competente verificará se o documento fiscal contém todos os elementos essenciais, tais como data de emissão, número do contrato, identificação do órgão contratante, período de execução, valor devido e retenções legais.

11.2.3. Havendo erro, omissão ou irregularidade na documentação apresentada, a liquidação ficará suspensa até a regularização pela contratada, sem ônus adicional para a Administração.

11.2.4. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, por meio do Sistema de Registro Cadastral ou documentação equivalente.

11.2.5. A Administração realizará consulta aos sistemas oficiais para verificação da manutenção das condições de habilitação e da inexistência de impedimentos legais à contratação.

11.2.6. Eventuais irregularidades serão comunicadas à contratada, que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, para regularização ou apresentação de defesa.

11.2.7. Persistindo a irregularidade, o fato será comunicado aos órgãos competentes para adoção das providências cabíveis.

11.2.8. Não havendo solução, poderá ser instaurado processo de rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.9. Enquanto a execução contratual estiver regularmente em curso, os pagamentos continuarão a ser realizados, salvo decisão administrativa formal em sentido contrário.

11.3. Pagamento

11.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o adimplemento da obrigação contratual, mediante ordem bancária creditada em conta indicada pela contratada.

11.3.2. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar protocolo contendo, no mínimo:

- a) cópia do empenho;
- b) Nota Fiscal devidamente atestada;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS;
- d) certidões de regularidade fiscal federal, estadual e municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f) cópia do contrato e de eventuais termos aditivos.

11.3.3. O pagamento dependerá da abertura de processo administrativo no sistema eletrônico adotado pelo Município (SEI), com cadastro prévio da empresa, conforme orientações da PRODATER.

11.3.4. O pagamento somente será autorizado após o atesto da Nota Fiscal e a confirmação da regularidade fiscal e contratual da contratada.

11.3.5. Havendo pendências ou inconsistências, a contratada será formalmente notificada para correção.

11.3.6. Considera-se como data do pagamento o dia da emissão da respectiva ordem bancária.

11.3.7. Será realizada, previamente a cada pagamento, verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada.

- 11.3.8. Irregularidades serão notificadas para regularização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, admitida uma única prorrogação.
- 11.3.9. Persistindo as irregularidades, a Administração comunicará o fato aos órgãos de controle competentes.
- 11.3.10. Em caso de não regularização, poderá ser instaurado processo de rescisão contratual, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.
- 11.3.11. O pagamento será mantido enquanto houver execução regular dos serviços, salvo decisão administrativa fundamentada de suspensão ou rescisão contratual.
- 11.3.12. Exceções à continuidade contratual somente poderão ocorrer em situações devidamente justificadas, por motivo de interesse público relevante ou segurança institucional.
- 11.3.13. Serão realizadas as retenções tributárias obrigatórias, na forma da legislação vigente.
- 11.3.14. Empresas optantes pelo Simples Nacional ficarão dispensadas das retenções legais, desde que comprovem formalmente essa condição.
- 11.3.15. No caso de atraso no pagamento por motivo não imputável à contratada, serão devidos encargos moratórios, calculados à razão de 6% (seis por cento) ao ano, conforme fórmula prevista contratualmente.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

12.1. Obrigações da Contratante

- 12.1.1. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, conforme estabelecido no Edital, no contrato e em seus anexos, especialmente neste Termo de Referência.
- 12.1.2. Receber os serviços de pavimentação asfáltica executados nos prazos e condições estabelecidos, verificando a conformidade com o projeto, as especificações técnicas, as normas aplicáveis e os critérios de desempenho definidos.
- 12.1.3. Notificar formalmente a contratada acerca de vícios, defeitos, falhas técnicas ou incorreções constatadas na execução dos serviços, para que sejam corrigidos, reparados ou refeitos às suas expensas.
- 12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidores designados, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela correta execução do objeto.
- 12.1.5. Comunicar a contratada para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa dos serviços executados, nos casos de divergência quanto à qualidade, quantidade ou extensão dos serviços, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.1.6. Efetuar o pagamento dos serviços efetivamente executados, atestados e liquidados, nos prazos e condições estabelecidos no contrato.
- 12.1.7. Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no contrato, sempre que constatado o descumprimento de obrigações contratuais pela contratada.
- 12.1.8. Adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de inexecução total ou parcial do contrato, inclusive a instauração de processo administrativo, quando necessário.
- 12.1.9. Analisar e proferir decisão fundamentada sobre solicitações, requerimentos ou reclamações formalmente apresentadas pela contratada, ressalvados os pedidos manifestamente impertinentes ou que não comprometam a boa execução contratual.
- 12.1.9.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do requerimento, para proferir decisão, admitida uma prorrogação por igual período, mediante justificativa formal.
- 12.1.10. Responder, no prazo de até 60 (sessenta) dias, aos pedidos de reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro regularmente protocolados e instruídos pela contratada, observada a legislação aplicável.
- 12.1.11. Notificar os emitentes das garantias contratuais acerca da instauração de processos administrativos relacionados ao descumprimento contratual, quando cabível.
- 12.1.12. Não assumir responsabilidade por compromissos firmados pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, inclusive obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais ou civis, bem como por danos causados a terceiros por atos da contratada, seus empregados ou prepostos.

12.2. Obrigações da Contratada

- 12.2.1. Cumprir integralmente todas as obrigações previstas no Edital, no contrato e em seus anexos, assumindo integral responsabilidade pelos riscos, custos, encargos e resultados decorrentes da execução dos serviços de pavimentação asfáltica.
- 12.2.1.1. Responder por vícios, defeitos e danos decorrentes da execução dos serviços, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), quando aplicável, e da legislação específica de obras públicas.
- 12.2.1.2. Comunicar formalmente à contratante, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, a ocorrência de qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento dos prazos contratuais, devidamente comprovado.

- 12.2.1.3. Atender prontamente às determinações da fiscalização, do gestor do contrato ou da autoridade competente, prestando os esclarecimentos solicitados, nos termos do art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2.1.4. Reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas e dentro do prazo estipulado, os serviços de pavimentação que apresentarem falhas, defeitos ou desconformidades com o projeto e as especificações técnicas.
- 12.2.1.5. Responder integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual, independentemente da fiscalização exercida pela contratante.
- 12.2.1.6. Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas, quando não disponíveis no Sistema de Registro Cadastral.
- 12.2.1.7. Cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e ambientais decorrentes da execução contratual, sem qualquer transferência de responsabilidade à Administração.
- 12.2.1.8. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer fato anormal, incidente ou acidente ocorrido no local da execução dos serviços.
- 12.2.1.9. Paralisar imediatamente atividades que estejam em desacordo com as normas técnicas, de segurança do trabalho ou que representem risco à integridade de pessoas, bens ou ao patrimônio público, quando determinado pela Administração.
- 12.2.1.10. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
- 12.2.1.11. Cumprir as reservas legais de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2.1.12. Comprovar o cumprimento das reservas legais de que trata o item anterior, sempre que solicitado pela fiscalização.
- 12.2.1.13. Manter sigilo sobre informações, dados e documentos obtidos em razão da execução contratual, salvo quando sua divulgação for exigida por lei.
- 12.2.1.14. Arcar com os custos decorrentes de erro no dimensionamento da proposta, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2.1.15. Observar e cumprir as normas internas de segurança, circulação e operação estabelecidas pela Administração no local da execução dos serviços.
- 12.2.1.16. Disponibilizar mão de obra qualificada, bem como os equipamentos, máquinas e materiais adequados à correta execução dos serviços de pavimentação asfáltica.
- 12.2.1.17. Promover a orientação e o treinamento de seus empregados quanto à proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).
- 12.2.1.18. Executar os serviços em conformidade com a legislação vigente, mantendo o local da obra limpo, organizado, sinalizado e seguro, minimizando transtornos à população e ao tráfego local.
- 12.2.1.19. Submeter previamente à aprovação da Administração quaisquer alterações nos métodos executivos que se afastem das especificações técnicas originalmente aprovadas.
- 12.2.1.20. Não permitir o trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, bem como vedar o trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 (dezoito) anos.
- 12.2.1.21. Manter preposto formalmente indicado e aceito pela Administração no local da execução dos serviços, com poderes suficientes para representá-la durante toda a vigência contratual.

13. ESTIMATIVA DE VALOR E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Estimativa de Valor

- 13.1.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 396.649,17 (trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos), conforme os custos unitários constantes no Anexo “Orçamento”, elaborado com base em composições de preços atualizadas e compatíveis com o mercado.
- 13.1.2. O valor estimado contempla todos os encargos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, encargos sociais, tributos e demais despesas indiretas, em conformidade com os critérios da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Adequação Orçamentária

- 13.2.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024, atesta-se que o objeto desta contratação está adequado e compatível com as seguintes leis orçamentárias vigentes, condicionando-se sua execução à efetiva disponibilidade orçamentária e financeira da Administração:
- 13.2.1.1. Plano Plurianual – PPA 2026-2029, aprovado pela Lei Municipal nº 5.691, de 21 de dezembro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei nº 6.054, de 28 de dezembro de 2023, vinculado à Iniciativa 128 – Promover Melhorias de Infraestrutura de Urbanização – SDU Leste;
- 13.2.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026, aprovada pela Lei nº 6.125, de 31 de julho de 2024, com Meta 128 – Promover Melhorias de Infraestrutura de Urbanização – SDU Leste;
- 13.2.1.3. Lei Orçamentária Anual – LOA 2026, aprovada pela Lei nº 6.163, de 20 de dezembro de 2024,

que estima a receita e fixa a despesa do Município de Teresina para o exercício de 2026, vinculada ao Órgão 17 - SDU Leste.

13.3. Classificação Orçamentária

- 13.3.1. Dotação: 17001.15451.0018.1.129 - Implantação de vias de mobilidade(ciclovias, pavimentação poliédrica, asfáltica, blocos intertravados, ou outros materiais adequados;
- 13.3.2. Elemento de Despesa: 4.4.90.51 - Obras e Instalações;
- 13.3.3. Fontes de Recursos: 1700110 - Outras transferências de convênios ou instrumentos congêneres da união - convênio
1500110 - Recursos próprios

14. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

14.1. Modalidade e Critério de Seleção

- 14.1.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme previsto no art. 6º, inciso XXI, e art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, modalidade adequada para a contratação de obras e serviços de engenharia.
- 14.1.2. O critério adotado visa assegurar a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, respeitando a equivalência técnica entre as ofertas e garantindo isonomia entre os licitantes.

14.2. Modo de Disputa - Fechado-Aberto

- 14.2.1. O certame será conduzido no modo de disputa fechado-aberto, consistindo em duas fases:
 - a) Fase Fechada: os licitantes apresentarão suas propostas iniciais de forma sigilosa, sem que conheçam os valores ofertados pelos concorrentes;
 - b) Fase Aberta: os licitantes classificados poderão oferecer lances públicos sucessivos, visando melhorar seus preços e proporcionando maior competitividade.
- 14.2.2. O modo fechado-aberto assegura:
 - a) Transparência e isonomia entre os participantes;
 - b) Redução de possibilidade de conluio;
 - c) Obtenção de preços mais vantajosos para a Administração;
 - d) Flexibilidade para ajustes conforme análise técnica do objeto.
- 14.2.3. As regras detalhadas da fase aberta, incluindo limites, prazos e procedimentos de apresentação de lances, constarão do edital de licitação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

14.3. Critérios de Aceitabilidade de Preços

- 14.3.1. O valor global máximo aceitável para a contratação é de R\$ 396.649,17 (trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos), conforme estimativa apresentada no item 13 deste Termo de Referência.
- 14.3.2. Serão considerados os valores unitários constantes na planilha de composição de preços (Anexo "Orçamento") como base para avaliação das propostas e controle da execução contratual.

14.4. Propostas com Preço Igual

- 14.4.1. Poderá haver registro de mais de um fornecedor, desde que estes aceitem cotar o objeto pelo mesmo valor do licitante vencedor, assegurando-se a preferência de contratação conforme a ordem de classificação estabelecida no julgamento da licitação.

14.5. Conteúdo Obrigatório da Proposta

- 14.5.1. A proposta comercial apresentada pelos licitantes deverá conter, obrigatoriamente:
 - a) Nome completo do proponente, endereço completo, número do CNPJ, inscrição estadual ou do Distrito Federal;
 - b) Preço unitário e total de cada item, incluindo todos os tributos, encargos sociais, frete, seguros, embalagens e demais despesas incidentes;
 - c) Observação de que, em caso de divergência entre preços unitários e totais, prevalecerá o valor unitário; e, em caso de conflito entre valor numérico e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
 - d) E-mail e telefone válidos para fins de comunicação oficial e notificações.

14.6. Critérios para Aceitação da Proposta

- 14.6.1. As propostas serão aceitas conforme os seguintes critérios:
 - a) Validade mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de entrega;
 - b) Conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, incluindo, quando aplicável, marcas, modelos e preços;
 - c) Descrição clara, precisa e detalhada dos produtos ou serviços ofertados;
 - d) Apresentação em papel timbrado, devidamente datada e assinada por representante legal;
 - e) Indicação dos valores unitários e totais dos itens cotados, de acordo com a planilha orçamentária;
 - f) Propostas que não atenderem integralmente às exigências acima serão desclassificadas.

15. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

15.1. Habilitação Jurídica:

- 15.1.1. Pessoa física: documento oficial de identificação válido;
- 15.1.2. Empresário individual: inscrição no registro público da Junta Comercial;
- 15.1.3. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado válido, com verificação da autenticidade;
- 15.1.4. Sociedade empresária, SLU, EIRELI: ato constitutivo registrado na Junta Comercial e documento dos administradores;
- 15.1.5. Sociedade estrangeira: portaria de autorização para funcionamento no Brasil e registro na Junta Comercial local;
- 15.1.6. Sociedade simples: ato constitutivo registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e documento dos administradores;
- 15.1.7. Filial ou sucursal: registro do ato constitutivo da unidade e averbação na matriz;
- 15.1.8. Cooperativa: ata de fundação, estatuto social, ata da assembleia e registro na Junta Comercial ou Registro Civil;
- 15.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida ou equivalente;
- 15.1.10. Produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI).

15.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 15.2.1. Inscrição no CNPJ ou CPF conforme o caso;
- 15.2.2. Regularidade fiscal com Receita Federal e PGFN;
- 15.2.3. Regularidade com FGTS;
- 15.2.4. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa da Justiça do Trabalho;
- 15.2.5. Inscrição estadual/distrital ou municipal/distrital compatível com o objeto;
- 15.2.6. Regularidade fiscal estadual/distrital ou municipal/distrital;
- 15.2.7. Declaração de isenção quando aplicável;
- 15.2.8. MEI dispensado da prova de inscrição estadual e municipal para os benefícios da LC nº 123/2006.

15.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 15.3.1. Certidão negativa de insolvência civil, quando aplicável;
- 15.3.2. Certidão negativa de falência;
- 15.3.3. Índices financeiros (Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente) superiores a 1, conforme balanços dos últimos 2 exercícios;
- 15.3.4. Caso algum índice seja igual ou inferior a 1, será exigido capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% do valor estimado da contratação ou da parcela pertinente;
- 15.3.5. Empresas constituídas no exercício financeiro poderão apresentar balanço de abertura;
- 15.3.6. Empresas com menos de 2 anos deverão apresentar demonstrações do último exercício.

15.4. Qualificação Técnica:

- 15.4.1. Registro ativo na entidade profissional competente (CAU ou CREA);
- 15.4.2. Comprovação de aptidão técnica para serviços similares, por meio de certidões ou atestados emitidos por órgãos públicos ou privados, ou pelo conselho profissional competente.

15.4.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	25% do projeto
4011463	SICRO3	Concreto asfáltico - faixa C-12,5 - areia e brita comerciais	T	571,36	142,84

15.4.2.2. Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, a apresentação de mais de um atestado de capacidade técnica, sendo permitido o somatório dos quantitativos.

15.4.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou de qualquer filial do fornecedor, desde que comprovada a vinculação.

15.4.2.4. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações e documentos necessários à verificação da veracidade e legitimidade dos atestados apresentados, incluindo, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que originou o atestado, endereço atualizado da contratante e local de execução dos serviços, entre outros documentos pertinentes.

15.4.2.5. Para facilitar a verificação dos quantitativos mínimos exigidos, o licitante deverá indicar, em cada atestado apresentado, a página, item ou trecho específico em que consta o quantitativo ou serviço descrito, permitindo a conferência direta pela Administração. A não indicação poderá ser considerada como falta de clareza na comprovação da aptidão técnica, sem prejuízo da possibilidade de complementação documental quando admitido pelo gestor do certame.

15.5. Exigência de Carta de Solidariedade

- 15.5.1. Não se faz necessária a apresentação de carta de solidariedade por terceiros.

15.6. Participação de Consórcios

- 15.6.1. Não será permitida a participação de consórcios de empresas, independentemente de sua forma de constituição.
- 15.6.2. A vedação se justifica em razão da natureza do objeto, que exige execução integrada e contínua das etapas de pavimentação, sendo viável sua realização por empresas individualmente capacitadas, inclusive micro e pequenas empresas, sem prejuízo à competitividade ou à economicidade.

15.7. Participação de Cooperativas

15.7.1. Não será permitida a participação de cooperativas, em razão da ausência de vínculo empregatício entre cooperados e cooperativa, o que pode comprometer a gestão contratual e o cumprimento de obrigações trabalhistas e operacionais. Por exemplo, não seria possível exigir a substituição imediata de operador ou motorista cooperado que atuasse de forma inadequada, gerando riscos à execução e à integridade dos serviços.

15.8. Subcontratação

15.8.1. Será admitida a subcontratação de parcelas acessórias e de menor relevância técnica do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Fiscalização do contrato.

15.8.2. É expressamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, que constituem o núcleo do objeto.

15.8.3. A solicitação de subcontratação deverá ser formalizada pela Contratada, que apresentará a documentação de habilitação da subcontratada, para análise e aprovação da Administração.

15.8.4. A Contratada permanecerá integralmente responsável, perante a Administração, pela perfeita execução de todos os serviços, incluindo aqueles executados pela subcontratada, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

16. POLÍTICA DE APOIO A ME/EPP/MEI

16.1. Condições Gerais de Participação

16.1.1. A Administração assegurará tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI), em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 e com o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

16.1.2. Considerando que o valor estimado global da contratação (R\$ 396.649,17) é superior ao limite legal de exclusividade de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e que a obra de engenharia civil constitui objeto estruturalmente indivisível por sua natureza técnica, não haverá licitação exclusiva para ME/EPP nem o estabelecimento de cotas reservadas (conforme inteligência do art. 48, incisos I e III da LC nº 123/2006 c/c Lei nº 14.133/2021).

16.2. Benefícios Aplicáveis

16.2.1. As ME/EPP/MEI participantes que cumprirem os requisitos legais farão jus aos seguintes benefícios previstos na legislação:

- a) Regularidade Fiscal e Trabalhista Tardia: A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Havendo alguma restrição na comprovação, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização (art. 43, § 1º da LC nº 123/2006).
- b) Critério de Desempate (Empate Ficto): Entende-se haver empate ficto quando as propostas apresentadas pelas ME/EPP/MEI sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada no modo de disputa da Concorrência, garantindo-se o direito de preferência para cobrir a oferta, nos termos da lei.

16.3. Limitações ao Tratamento Diferenciado

16.3.1. Os benefícios previstos no art. 4º da Lei nº 14.133/2021 não serão concedidos a ME/EPP que, no ano-calendário da licitação, já tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem o limite de receita bruta estipulado para o seu enquadramento (R\$ 4.800.000,00).

16.3.2. O licitante deverá declarar a observância dessa regra no sistema eletrônico de compras sob as penas da lei, visando evitar fraudes ao tratamento favorecido.

17. PRAZO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

17.1. Vigência e Prorrogação da Contratação

17.1.1. O prazo de vigência da contratação será de 7 (sete) meses, contados a partir da assinatura do contrato. Este prazo de vigência foi dimensionado de forma a abrigar integralmente e de forma sucessiva, em observância ao art. 40, § 1º, II, da Lei nº 14.133/2021:

- a) O prazo de execução física da obra, que será de 2 (dois) meses, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço;
- b) O prazo para o recebimento provisório, que ocorrerá em até 45 (quarenta e cinco) dias após a conclusão dos serviços; e
- c) O prazo para o recebimento definitivo, que ocorrerá em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório."

17.1.2. A prorrogação estará condicionada à avaliação pela autoridade competente quanto à manutenção das condições contratuais e da vantajosidade dos preços para a Administração, sendo permitida a negociação com o contratado para adequação das condições, quando necessária.

17.2. Rescisão Contratual

17.2.1. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, nos termos previstos na legislação aplicável e nas cláusulas contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3. Suspensão e Interrupção da Vigência

17.3.1. A vigência do contrato poderá ser suspensa ou interrompida por decisão da Administração, em casos devidamente justificados, com a correspondente prorrogação do prazo final.

18. REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/06/2025 (data base SINAPI-ABRIL 2025, SICRO3-JANEIRO 2025, ANP-ABR 2025 , SEM DESONERAÇÃO).

18.2. Após os interregnos estabelecidos no subitem anterior, os preços serão reajustados mediante a aplicação do Índice de Obras Rodoviárias - Pavimentação (Coluna 37), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I_0) / I_0$, onde:

- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- I_0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos correspondente à data do orçamento estimado;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente (positiva ou negativa) tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

18.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

18.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial que reflita a variação dos custos de produção, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será formalizado por simples apostilamento, exceto quando houver alteração do índice ou da metodologia, hipótese em que será necessário termo aditivo.

18.9. O reajustamento de preços previsto nesta cláusula não exclui a possibilidade de revisão (reequilíbrio econômico-financeiro) decorrente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, as condutas do contratado que:

- a) causarem inexecução parcial do contrato;
- b) causarem inexecução parcial do contrato que resulte em grave prejuízo à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) causarem inexecução total do contrato;
- d) deixarem de apresentar a documentação exigida para participação no certame;
- e) não mantiverem a proposta, salvo por fato superveniente devidamente justificado;
- f) recusarem-se a celebrar o contrato ou a entregar documentação exigida para contratação, quando convocados dentro do prazo de validade da proposta;
- g) provocarem atraso injustificado na execução ou entrega do objeto contratado;
- h) apresentarem documentação falsa ou prestarem declarações falsas durante a execução do contrato;
- i) fraudarem a licitação ou praticarem atos fraudulentos na execução do contrato;
- j) comportarem-se de modo inidôneo ou praticarem fraudes de qualquer natureza;
- k) praticarem atos ilícitos que tenham por objetivo frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticarem ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

19.2. Em caso de infração, poderão ser aplicadas as seguintes sanções ao contratado:

I - Advertência, quando a infração for a inexecução parcial do contrato sem justificativa para penalidade mais severa (art. 156, §2º, Lei nº 14.133/2021);

II - Impedimento para licitar e contratar, nas hipóteses dos incisos "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 19.1, salvo se houver justificativa para penalidade mais grave (art. 156, §4º, Lei nº 14.133/2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as condutas previstas nos incisos "h", "i", "j", "k" e "l" do item 19.1, bem como nos incisos "b", "c", "d", "e", "f" e "g" que justifiquem penalidade mais severa (art. 156, §5º, Lei nº 14.133/2021);

IV - Multa, conforme:

- a) Multa moratória de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30 (trinta) dias;
- b) Multa moratória de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso na apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto;

V - Atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, conforme art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

19.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação do contratado de reparar integralmente os danos causados à Administração (art. 156, §9º, Lei nº 14.133/2021).

19.4. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, Lei nº 14.133/2021).

19.4.1. O contratado terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, para apresentar defesa antes da aplicação da multa (art. 157, Lei nº 14.133/2021).

19.4.2. Caso o valor da multa e das indenizações seja superior ao crédito do contratado junto à Administração, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º, Lei nº 14.133/2021).

19.4.3. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias após comunicação oficial, antes de cobrança judicial.

19.5. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, conforme o procedimento do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

19.6. Na dosimetria das sanções serão considerados (art. 156, §1º, Lei nº 14.133/2021):

- a) natureza e gravidade da infração;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) danos causados à Administração;
- e) implantação ou aprimoramento de programa de integridade.

19.7. Infrações tipificadas na Lei nº 14.133/2021 e atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados conjuntamente, observando o rito e autoridade previstos na Lei nº 12.846/2013 (art. 159).

19.8. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada em caso de abuso de direito para ocultar atos ilícitos, estendendo-se as sanções a administradores, sócios e empresas relacionadas, respeitados o contraditório, ampla defesa e análise jurídica prévia (art. 160, Lei nº 14.133/2021).

19.9. O contratante deverá informar e manter atualizados os dados sobre sanções aplicadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para publicidade nos cadastros de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

19.10. As sanções de impedimento para licitar e declarar inidoneidade são passíveis de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

19.11. Débitos do contratado decorrentes de multas e indenizações não inscritos em dívida ativa poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos que o contratado tenha junto à Administração, conforme regulamento.

20. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

20.1. O Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.

20.1.1. Nas alterações unilaterais previstas no inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado deverá aceitar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nas mesmas condições contratuais, quando se referirem a obras e serviços de engenharia.

20.2. É permitida a continuidade do contrato administrativo em caso de fusão, cisão ou incorporação do contratado por outra pessoa jurídica, desde que:

- a) a nova pessoa jurídica atenda a todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais;
- c) não haja prejuízo na execução do objeto contratado e haja anuência expressa da Administração para a continuidade do contrato.

20.3. A substituição de consorciado dependerá de autorização expressa do órgão contratante e da comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, a mesma qualificação técnica e econômica apresentada pela empresa substituída, conforme habilitação original do consórcio no processo licitatório.

20.4. Todas as alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas mediante termo aditivo ao contrato.

21. DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

21.1. A Lei nº 14.133/2021 prevê, em seu art. 25, §4º, a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo contratado nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto.

21.2. Considerando que o valor estimado para a presente contratação é de R\$ 396.649,17 (trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos), o objeto não se enquadra na definição de grande vulto, conforme a legislação vigente.

21.3. Diante do exposto, para a presente contratação, não será exigida a implantação obrigatória de programa de integridade por parte da empresa contratada.

22. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

22.1. Este Termo de Referência não contém informações que justifiquem classificação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527/2011. O documento possui acesso irrestrito e público.

Elaborado pelo Servidor:

(datado e assinado eletronicamente)

Rodrigo dos Santos Galvão Araujo
Engenheiro Civil CREA nº 1909253006
Gerente de Planejamento de Obras
SDU-LESTE/PMT

Aprovo o Termo de Referência:

(datado e assinado eletronicamente)

João Eulálio de Pádua
Superintendente
SDU-Leste/PMT



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo dos Santos Galvão de Araújo, Chefe de Gerência Executiva**, em 16/04/2026, às 11:54, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Layara Lais Gualter Mendes Oliveira, Chefe de Coordenação Especial**, em 16/04/2026, às 11:55, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **João Eulálio de Pádua, Superintendente de Desenvolvimento Urbano Leste**, em 20/04/2026, às 10:08, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **15099180** e o código CRC **10310655**.

Referência: Processo nº 00082.005452/2025-53

SEI nº 15099180

Av. Zequinha Freire, 370 - Bairro Ladeira do Uruguai - - CEP 64073-020 - Teresina - PI